



B3-333 Promovendo a comercialização solidária: o caso da RCS-Alegre.

Falce, Bárbara O.¹, Carneiro, Joana J.²; Biancardi, Caio C. S.³; Rodrigues, Rafael⁴, Siqueira, Haloycio M. de⁴

¹Bolsista FAPES-UFES, ² Instituto Capixaba de Pesquisa Assistência Técnica e Extensão Rural, ³Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)
barbarafalce@gmail.com , joana.carneiro@incaper.es.gov.br , rafaeleafcol@hotmail.com,
caio.biancardi@hotmail.com , haloycio.siqueira@ufes.br

Resumo

Esse relato se refere a experiência da Rede de Comercialização Solidária de Alegre, que apoia a economia solidária por meio da comercialização de produtos da agricultura familiar local. Os alimentos são produzidos sem o uso de agrotóxicos ou processados em agroindústrias familiares rurais. A Rede, hoje com mais de 20 agricultores e mais de 100 consumidores, tem grande potencial no apoio às práticas agroecológicas, contribuindo com a renda sustentável aos agricultores familiares, com a segurança alimentar dos consumidores, e com o exercício de valores de ética e solidariedade nas relações comerciais.

Palavras chave: Agroecologia; economia solidária; agricultura familiar

Descrição da experiência

O presente trabalho relata as experiências do projeto “Promovendo a comercialização solidária dos agricultores familiares de Alegre-ES”, que apoia agricultores familiares de Alegre, município localizado no Território da Cidadania do Caparaó Capixaba, visando à inserção dos mesmos em mercados solidários. O projeto, realizado desde 2011, é coordenado pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES/CCA), tendo como parceiros a Rede da Agricultura Familiar de Alegre, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alegre e o Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural – INCAPER.

Historicamente, a comercialização se apresenta como entrave ao desenvolvimento da agricultura familiar, devido, em grande parte, à dependência de terceiros na cadeia de intermediação, que chegam a impor preços desfavoráveis aos agricultores. Recentemente, tal cenário vem sofrendo mudanças, com a crescente conquista de espaço da agricultura familiar nas políticas públicas e os esforços direcionados à comercialização justa e solidária. Tal forma de comercialização, apoiada pelo projeto, busca seguir os princípios da transparência, pagamento de preço justo, corresponsabilidade, relação de longo prazo, respeito ao meio ambiente e dignidade do trabalho (FLO International, 2006).

O referido projeto vem enfatizando a inserção dos agricultores familiares no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e na rede local de comercialização solidária de alimentos. Essa rede foi constituída, em Alegre, no final de 2014, com a denominação de “Rede de Comercialização Solidária de Alegre” (RCS-Alegre).

A RCS-Alegre surgiu a partir da demanda de um grupo de agricultores familiares, como forma de ampliar seus canais de comercialização direta, e de um grupo de consumidores mais conscientes e que encontravam dificuldades de comprar na feira. A maioria desses agricultores não tinha oportunidade de atuar na feira, por falta de espaço no local. Ocorreu também recentemente uma grande frustração com o Programa de Aquisição de Alimentos



(PAA), devido às dificuldades relacionadas aos trâmites burocráticos, às exigências quanto à origem da matéria-prima (mínimo de 70% de produção da agricultura familiar) para alimentos processados e aos preços praticados (mercado atacadista como base).

A RCS-Alegre representa um canal alternativo de comercialização que possibilita a relação direta entre produtores e consumidores, funcionando com um sistema de compra-venda de cestas de alimentos, por encomenda semanal. Os alimentos primários são produzidos sem a utilização de agrotóxicos e os processados em agroindústrias familiares rurais.

A metodologia utilizada pelo projeto se baseia no princípio da gestão compartilhada da comercialização solidária. Por meio dela, as associações dos agricultores familiares assumem o seu papel de principais agentes para melhorar o acesso aos mercados, com base na iniciativa e no esforço conjunto dos próprios associados. No caso da RCS-Alegre, a gestão deve ser compartilhada com os consumidores que participam dessa Rede. Também podem buscar o apoio de entidades parceiras, porém, é preciso sempre preservar a autonomia dos agricultores familiares.

Essa metodologia engloba ações de planejamento e avaliação, capacitação e assessoria/apoio à gestão da comercialização. Nas capacitações foram trabalhados os seguintes temas: “economia solidária”, “soberania e segurança alimentar e nutricional”, “gestão da comercialização” e “legalização de agroindústrias rurais familiares”.

Em termos de assessoria e apoio, estão incluídas as seguintes atividades: execução da gestão operacional da RCS-Alegre; levantamento dos custos de produção e comercialização dos alimentos e dos preços no varejo; trabalho interdisciplinar com a área de informática da UFES/CCA buscando a desenvolvimento de um *software* de gestão operacional da RCS-Alegre, com plataforma na internet, e o diálogo permanente com o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável no sentido de buscar apoio a iniciativas como a da RCS-Alegre.

Todas as diretrizes de funcionamento da RCS-Alegre estão explícitas em um Regulamento criado pelos membros da Rede. Esse documento abrange, dentre outros pontos, os princípios da Rede, a dinâmica de atividades, as condições e as responsabilidades dos grupos participantes.

Três grupos participam da RCS-Alegre: agricultores familiares, consumidores e equipe organizadora, havendo adoção de um sistema de cadastros, tanto para os consumidores, quanto para os agricultores e seus produtos. As informações são atualizadas constantemente e a entrega de produtos é feita uma vez por semana, sempre às quartas-feiras, na Cantina da Igreja Católica Matriz (espaço provisório).

Os produtos são oriundos da agricultura familiar de Alegre, considerada em transição agroecológica, de modo que tenham sido produzidos, pelo menos, sem o uso de agrotóxicos (no caso de alimentos primários) ou em agroindústria familiar artesanal rural (alimentos processados). Os produtos comercializados são encomendados previamente pelos consumidores, até a sexta-feira anterior, por meio de uma planilha (em Excel), na qual constam dados tais como: produtos, agricultores, local/associações, unidade e valor unitário. No momento da retirada, os produtos se encontram organizados em ‘cestas’ individualizadas para cada consumidor.

A política de definição dos preços tem como referência os valores praticados na Feira Municipal do Produtor Rural ou no PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar),



sendo acrescida uma taxa de 5%, destinada ao fundo da Rede, para sua manutenção e autogestão.

Vale ainda mencionar que a Rede adota o uso de bolsas de pano ou similares no momento da retirada dos produtos, evitando o uso de sacolas plásticas.

Resultados e Análise

No decorrer desses três meses de funcionamento, a RCS-Alegre foi aumentando o nº de participantes, chegando a contar com de 24 agricultores familiares e 111 consumidores (entre crianças, jovens e adultos), e ofertando uma diversidade de mais de 100 produtos. A perspectiva é de crescimento da Rede, inclusive promovendo visitas dos consumidores às propriedades rurais, além de avançar na oferta de alimentos orgânicos.

A equipe organizadora da RCS-Alegre pretende organizar visitas de consumidores nas propriedades familiares rurais, visando aproximar grupos de produção e de consumo, proporcionando contato com as práticas produtivas agroecológicas e a maior segurança sobre a procedência dos produtos. Além disso, existe a intenção de criação de um grupo de fiscalização participativa para inspecionar, nas propriedades rurais, as técnicas adotadas na produção dos alimentos, garantindo a qualidade e a procedência dos mesmos.

Acreditamos que a RCS-Alegre tem grande potencial no estímulo à adoção de práticas agroecológicas, contribuindo com a geração sustentável de renda aos agricultores familiares e com a segurança alimentar dos consumidores. Além disso, as ações da Rede tem potencial de induzir mudanças de concepção, com a prática de valores de ética e de solidariedade nas relações comerciais. E mais do que isso, a organização de iniciativas da economia solidária (como é o caso da Rede) pode representar o início de transformações locais, promovendo mudanças em níveis individuais e sociais (SINGER; 2003, 2007).

A RCS-Alegre fortalece os movimentos de base e as organizações sociais, por envolver agricultores organizados em associações e que participam da Rede da Agricultura Familiar de Alegre (RAF), um espaço de articulação das mesmas. Também conta com o apoio e atuação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alegre. A RCS-Alegre nasceu como “um dos braços” de ação dessa Rede maior (RAF), sendo que um dos requisitos para o ingresso e permanência dos agricultores na RCS-Alegre é a participação na mesma. Inclusive, a questão da comercialização solidária e a necessidade da gestão compartilhada passaram a fazer parte, muitas vezes, da pauta das reuniões mensais da Rede da Agricultura Familiar de Alegre, das quais participam representantes de várias associações rurais que compõem a RCS-Alegre.

A experiência aqui relatada pode ser enquadrada na perspectiva da “construção social dos mercados”. Para Gazolla e Pelegrini (2011, p.134), essa abordagem pressupõe que “[...] os mercados estão inseridos em relações sociais, em redes de atores, e que estes são construídos pelos atores sociais de acordo com as suas estratégias, motivações e em contextos em que a proximidade social e a confiança são elementos chaves”.

Acreditamos que o investimento na RCS-Alegre, como um mercado construído socialmente, contribui para reverter o quadro da injusta transferência de renda dos agricultores familiares para os agentes de intermediação comercial, pois as relações na RCS se baseiam em princípios que contrapõem essa forma de exploração dos agricultores. Intervenções como essa, em nível da comercialização, são estratégicas como forma de reorganização de cadeias produtivas, favorecendo os agricultores familiares, que costumam ser o elo mais



fraco das mesmas. Além disso, a abertura de mercados diferenciados também tem forte efeito indutor da adequação dos processos produtivos, com foco na sustentabilidade, pois os consumidores conseguem conhecer a origem e determinar a qualidade que esperam dos alimentos.

Referências bibliográficas

- FAIRTRADE LABELLING ORGANIZATIONS INTERNATIONAL. Documento explicativo sobre os critérios gerais de comércio justo para organizações de pequenos produtores. [S.l.], 2006. Disponível em: <www.fairtrade.net/uploads/media/Explan_Doc_Small_Farmers_Mar_2006_PT.pdf>. Acesso em 02 abr. 2015.
- GAZOLLA, M.; PELEGRINI, G. Novos mercados da agricultura familiar: o caso das pequenas unidades agroindustriais produtoras de alimentos. In: SCHNEIDER, S.; GAZOLLA, M. (Org.). Os atores do desenvolvimento rural: perspectivas teóricas e práticas sociais. Porto Alegre: UFRGS, 2011. p.133-150.
- SINGER, P (2003) Economia solidária: um modo de produção e distribuição. In: SINGER, P.; SOUZA, A. R. (Org.). A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto.
- SINGER, P. Economía solidaria. Um modo de producción y distribución (2007) In: CORAGGIO, J. L. La economía social desde la periferia: contribuciones latino-americanas. Buenos Aires: Altamira.